

**PRESIDENTE/PRESIDENTA:
UMA ABORDAGEM DISCURSIVA
DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Danielle Paiva Dantas (UEMS)
dpaivadantas@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa trata da variação linguística dos vocábulos “presidente” e “presidenta”, no contexto de um acontecimento político e discursivo recente na história da política brasileira: o decreto que oficializa o emprego do termo “presidenta” para as ocupantes do cargo máximo da república brasileira, do sexo feminino. A questão pode ser analisada pela ótica dos estudos da variação linguística, que consideram que a língua está em constante transformação (visão diacrônica). Para além desta abordagem tradicional dos estudos linguísticos, interessa-nos realizar, ainda, um estudo semântico-discursivo do que pode ser considerado um acontecimento discursivo, pela ótica da análise do discurso francesa. Isso porque, se as duas formas foram registradas pela Academia Brasileira de Letras (no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*) e pelos renomados dicionários Houaiss e Aurélio, dentre outros, temos como hipótese que a polêmica criada em torno do debate sobre a legitimidade/aceitabilidade do termo “presidenta” envolve questões ideológicas, em particular, a afirmação de um discurso feminista, que vem ser uma das “bandeiras” do Partido dos Trabalhadores. Para analisar esse acontecimento, coletamos e analisamos textos que abordam a temática, seja em discursos oficiais (dicionários, textos de imprensa, decreto), seja em discursos ordinários extraídos da Internet.

Palavras-chave: Presidenta. Dilma Rousseff. Variação linguística. Análise do discurso.

1. Introdução

No ano de 2010, foi eleita a primeira mulher para ocupar o cargo máximo presidencial no Brasil. Trata-se de Dilma Vana Rousseff, eleita por maioria absoluta no segundo turno das eleições daquele ano, vencendo o então candidato José Serra. No ano de 2014, eis que, novamente, Dilma vence as eleições em disputa no segundo turno contra o candidato Aécio Neves.

Atualmente, o Brasil encontra-se em um dos momentos mais críticos de sua história política, com o afastamento definitivo de Dilma Ro-

usseff em 31 agosto de 2016, pelo processo de *impeachment*, apenas dezoito meses após o início de seu segundo mandato, um fato que ocupou as manchetes dos principais jornais nacionais e internacionais. O motivo para seu afastamento foi justificado, pelas instâncias competentes, como um caso de crime de responsabilidade fiscal, mais especificamente, a violação da lei orçamentária, as chamadas “pedaladas” fiscais.

Nos primeiros anos após o início de seu primeiro mandato, Dilma Rousseff emitiu um decreto de lei, – a Lei de 3 de abril de 2012 –, publicado no *Diário Oficial da União*, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas, conforme segue:

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1o a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2012; 191º da Independência e 124º da República

128

Esse decreto não obteve aceitação maciça da sociedade; enquanto muitos viram na decisão seu caráter legítimo, por se tratar de um grande passo para o reconhecimento das mulheres em cargos proeminentes, sobretudo na política, outros se manifestaram contrários ao emprego do vocábulo “presidenta”, julgado ilegítimo do ponto de vista normativo da língua. Nesse debate polêmico, além da imprensa, diferentes setores da sociedade se pronunciaram, em particular os estudiosos das línguas, gramáticos e linguistas.

O objetivo desta pesquisa é situar o debate desencadeado a partir do decreto, sancionado por Dilma Rousseff, com vistas a explicar a relação entre esse debate polêmico e os processos históricos e ideológicos

¹²⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm>. Acesso em 13-05-2016.

que o sustentam, partindo da constatação de que o vocábulo “presidenta” encontra-se dicionarizado, não havendo assim, a priori, justificativa para a ilegitimidade do decreto. Para isso, investigamos o vocábulo “presidenta” do ponto de vista dos estudos linguísticos descritivos (morfologia) e variacionistas (sociolinguística), assim como a relação entre a polêmica gerada em torno dessa decisão e os processos ideológicos que sustentam o debate, com base na teoria do discurso da análise do discurso francesa.

Com relação ao *corpus* de estudo, foram coletados e analisados textos relacionados à temática, oriundos de fontes oficiais e ordinárias: decreto, carta do vice-presidente, artigos de imprensa, memes da Internet, no período compreendido entre a publicação da lei, em 2012, passando pela carta do Vice-Presidente Michel Temer à Dilma Rousseff, datada de dezembro de 2015, até os últimos desdobramentos do processo de *impeachment*, concluído em 31 de agosto 2016.

Este trabalho está dividido em três etapas: uma abordagem linguística sobre o sistema da língua (nível morfossintático e lexical). Na segunda etapa, abordaremos o debate pelo viés da sociolinguística, trabalhando com a noção de variação e preconceito linguístico. Na terceira etapa, analisaremos os textos do corpus de um ponto de vista discursivo, com base nos conceitos de discurso e ideologia.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir para uma melhor compreensão do debate sobre norma linguística (padrão) e os usos que os falantes fazem da língua, inseridos que estão em uma comunidade linguística. Buscamos, ainda, uma elucidação sobre o tema com base nos processos históricos e ideológicos que sustentam o emprego da língua, com base na análise do discurso francesa.

2. O verbete “presidenta” do ponto de vista da norma

De um ponto de vista normativo, os argumentos favoráveis ao emprego do termo “Presidenta” apontam para sua legitimidade, na medida em que, desde o ano de 1975, ele se encontra registrado no *Dicionário Aurélio*, em sua primeira edição, bem como no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP), da Academia Brasileira de Letras, desde 1932, sendo que, em 1912, o termo já havia sido sancionado pela Academia de Lisboa, de Portugal. Na verdade, muito antes disso, em 1812, a palavra “presidenta” já aparecia dicionarizada no *Dicionário de Português-Francês*, de autoria de Domingos Borges de Barros. Ou seja, a pa-

lavra “presidenta” é mais antiga do que a forma neutra para ambos os gêneros, “a presidente”, dicionarizada apenas em 1940.

Mas, mesmo já estando dicionarizado, sendo inclusive mais antigo do que o “Presidente”, o substantivo “Presidenta” ainda não é considerado normativo, por fugir à norma que estabelece que o sufixo *-nta* é muito raro na língua portuguesa, e o sufixo *-nte* ter seu uso considerado como uniforme, ou seja, neutro. No entanto, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima (2011) afirma que “a força do uso já consagrou as formas flexionadas *infanta*, *parenta* e *presidenta*” (p. 118)¹²⁹, comprovando a hipótese de que, em breve, tanto “Presidenta” como outras palavras terminadas em *-nta* serão cada vez mais comuns na língua portuguesa. Assim sendo, admite-se que o termo “Presidenta” não é um neologismo, por já estar dicionarizado e emergentemente normativo, uma vez presente nas gramáticas contemporâneas, autorizando-se, desse modo, seu uso.

Do ponto de vista de sua estrutura morfológica, o termo *Presidente* é substantivo comum de dois gêneros, tendo sua etimologia no latim “*praesidentis*, como particípio presente do verbo *praesidere* (tomar assento à frente)”¹³⁰. No latim, existem três gêneros para a categoria dos nomes (substantivos, adjetivos): masculino, feminino e neutro. No caso dos adjetivos, os terminados em *-us* são masculinos; em *-a*, femininos, e os terminados em *-um* são neutros, isto é, nem masculino, nem feminino. Há, ainda, os substantivos comuns de dois gêneros e os epicenos quanto ao significado, mas as palavras têm seus gêneros definidos. Por exemplo: *Dux, ducis* (masc.) – o comandante, a comandante¹³¹. Sendo assim, o que identifica o gênero de uma palavra, no caso deste substantivo, é o artigo definido que o antecede: *-o* (comandante) ou *-a* (comandante).

Na literatura clássica, tida como modelo de linguagem, observa-se que “presidenta” está presente na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, publicada em 1881: “Na verdade, um presidente, uma presidenta, um secretário, era resolver as coisas de um modo

¹²⁹ Disponível em: <<http://fiiptml5.com/dkn/odwk/basic/51-100>>. Acesso em 29/11/2016.

¹³⁰ Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/presidente/>>. Acesso em: 29-11/2016.

¹³¹ Disponível em: <<https://cursodelatim.wordpress.com/2009/08/22/os-generos-dos-substantivos/>>. Acesso em: 29-11-2016.

administrativo” (ASSIS, 1881, p. 127)¹³². Assim sendo, a palavra “presidenta”, dicionarizada desde 1812. Em vista desses fatos, a polêmica gerada em torno do decreto que oficializa o termo “presidenta” extrapola o âmbito gramatical, por conta da “neutralização de gêneros”, como acontece em muitas línguas, nas quais o masculino é o genérico, o que se deve ao prestígio do homem nas sociedades patriarcais. A *Revista Veja*, por exemplo, deixou de usar a palavra “presidenta” apenas quando Dilma Rousseff chegou ao poder e emitiu o decreto, manifestando que gostaria de ser chamada assim.

Do mesmo modo, anos antes de o Partido dos Trabalhadores (PT), chegar ao poder, os demais órgãos de imprensa empregavam “Presidenta”, a exemplo do *jornal Folha de S. Paulo*, em 1996 (“Secretária de Turismo de Alagoas e presidenta da Fundação”), 1997 (“Segundo a presidenta da CPI, deputada Ideli Salvatti”), 2003 (“A presidenta da CDU e líder da bancada parlamentar, Angela Merkel, já deixou claro que seu partido não se dispõe a salvar a situação para o governo de Berlim”) etc. *O Estadão* (em 2004: “Empresária de Shakira era presidenta da companhia”; em 2008: “disse a presidenta da Plataforma, Maribel Palácios”...), o *Correio Brasiliense* etc.

Em dicionários mais recentes, o termo também foi mantido nas duas formas, tanto “Presidenta” quanto “A Presidente”, segundo o dicionário *Aurélio Digital*: “Presidenta: 1. Mulher que preside. 2. Esposa de um presidente”. Mas, segundo uma reportagem publicada na *Revista Língua Portuguesa* em dezembro de 2011, há quem pense e prove o contrário, como se pode notar pelo trecho a seguir, publicado na revista:

Professor e presidente da Vestcon, Ernani Pimentel diz que “presidenta” pertence às palavras “andróginas, hermafroditas ou bissexuadas”, como “pianista”, “jovem”, “colega”, comuns de dois gêneros. Terminadas em -nte (amante, constante, docente, poluente, ouvinte...), não usam o/a para indicar gênero. O fator linguístico a limitar essa “androgínia”, tornando a palavra só masculina ou feminina, é o artigo (o amante, a amante); o substantivo (líquido ou água poluente); o pronome a ela ligado (nosso ou nossa contribuinte). Ao oficializar “presidenta”, diz Pimentel, arrisca-se a “despender energia”, criando “amanta”, “constanta”, “docenta”, “poluenta”, “ouvinta”... (JUNIOR, 2014)¹³³

¹³² Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2038>. Acesso em: 30-07-2016.

¹³³ Disponível em: <<http://www.spelltraducoes.com.br/blog/presidente-ou-presidenta/2014/10/>>. Acesso em: 08-09-2016.

A citação acima elucida o fato de que muitos estudiosos se baseiam em questões estritamente linguísticas, ignorando a questão sociocultural da língua, que está em constante transformação. Portanto, do ponto de vista linguístico-descritivo (morfológico e lexical), podemos concluir que não existe um argumento sólido que sustente opção contrária à lei, e, por este motivo, muitos professores, gramáticos, lexicógrafos e jornalistas apressaram-se em dizer que as duas formas são legítimas. No entanto, uma parte da população tomou “presidenta” como neologismo¹³⁴ avesso ao sistema da língua, como forma de imposição do governo Dilma Rousseff, já que o termo nunca tinha sido empregado anteriormente, até mesmo porque, em toda a história do Brasil, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para ocupar o cargo da Presidência da República.

3. O ponto de vista variacionista: norma x uso

Do ponto de vista variacionista das línguas, relacionado aos estudos sociolinguísticos, a própria noção de língua oficial, em um país como o Brasil, apresenta fragilidades, já que variedades de português são identificadas em diversas partes do país. Segundo Stella Maris Bortoni-Ricardo (*apud* CHAVES & PINTO, 2012), em um mesmo estado, observam-se variedades como “português culto”, “português popular” e “português dialetal” (*apud* BAGNO, 2012, p. 301)

Desse modo, por serem mutáveis, as línguas variam, por fatores que são de ordem (i) social (variantes diastráticas), relacionados ao estrato social (sexo, idade, escolaridade, profissão); (ii) geográfica (variantes diatópicas), relacionados ao lugar em que se encontra o falante (região, estado, cidade, bairro) como, por exemplo, o “dialeto caipira”, falado em zonas rurais; (iii) pragmática (variantes diafásicas), relacionados ao contexto de uso da língua, em que se observa a variação linguística em um mesmo e único falante, conforme ele se encontre em seu local de trabalho, na igreja, em uma audiência, em uma roda de conversa informal, entre outros.

No caso dessa pesquisa, o sexo do falante, ou sua faixa etária, são fatores sociais determinantes para a escolha do vocabulário particular. O

¹³⁴ O *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 2004) assim define neologismo: Palavra ou expressão nova numa língua, como, p. ex. dolarizar, dolarização, no português. 2. Significado novo que uma palavra ou expressão de uma língua pode assumir. (FERREIRA, 2004, p. 183)

comportamento linguístico adequado do falante, e o momento ou situação de fala também são levados em consideração quando o assunto é fala ou uso. Nesse sentido, o uso do termo “presidenta”, por mulheres, retrata um discurso de defesa da questão de gênero e uma exaltação da voz feminina na política na maioria dos casos, reforçando o discurso feminista.

A sociolinguística é um ramo da linguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade. Por essa perspectiva, existe uma relação imediata entre a diversidade linguística da linguagem e o contexto em que a língua falada. Segundo Fishman (*apud* ALKMIN, 2004, p. 37), “há um tipo de interação social particular em que um falante decide mudar de variedade linguística sem que tenha ocorrido mudança de situação”. É o que este autor chama de mudança metafórica, ou seja, quando o falante decide passar da formalidade para a informalidade, por exemplo, apenas para ser irônico, carregando esse sentido metafórico onde se produzem sentidos figurados por meio de comparações implícitas.

A citação de Fishman encaixa-se perfeitamente no caso do termo “presidenta”, em razão de o uso deste termo estar carregado de ironia, com a intenção depreciativa de Dilma Rousseff, no cargo que ocupou. Com efeito, existem variantes de prestígio (variedade padrão, norma culta ou língua culta) e variantes de menor prestígio nas sociedades em geral (linguagem falada informal, com emprego de gírias, linguagem da Internet, etc.), porém “as línguas mudam incessantemente e a definição do ‘certo’ de ‘agradável’ e do ‘adequado’ também”. (ALKMIN, 2004, p. 40)

Por todos esses motivos, observa-se que “as formas ‘direito’, ‘fresca’, ‘premeiramente’, hoje desabonadas, são encontradas no texto da carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500” (ALKMIM, 2004, p. 41), ou seja, essas representações eram legítimas, mesmo sendo consideradas como “erros” no português do Brasil contemporâneo. Dito de outro modo, o que é considerado “errado” é a alta sociedade abandonar tais usos e outros grupos sociais os reterem, mas, mesmo assim, não se deve afirmar que uma língua é pobre de vocabulário ou imperfeita. Até mesmo quando o falante sente necessidade, ele faz empréstimos linguísticos de outros idiomas, como é o caso do emprego do termo “mouse” para se referir a um dispositivo informático.

Segundo Ataliba Teixeira de Castilho, “o uso é o senhor da língua. Vejamos como, daqui a alguns anos, as pessoas se referirão a esse

cargo quando ocupado por uma mulher”¹³⁵. Ou seja, com base apenas no uso e, com o passar do tempo (visão diacrônica), será possível saber se tal uso tornou-se normativo, ou não. Essa citação traz implícito um debate conhecido dos linguistas: a concepção de norma versus uso da língua (CHAVES & PINTO, 2016). Para os estudiosos da língua, em particular os sociolinguistas, torna-se “norma” aquilo que é “normal” em uma dada comunidade linguística, de acordo com uma concepção que não é instituída pela gramática, mas pelo maior ou menor uso de um vocábulo. A polêmica sobre o conceito de norma linguística dominante é bem situada por Mário Eduardo Martelotta (2011), na citação a seguir:

De um lado uma visão das línguas como algo essencialmente dinâmico e mutante e, de outro, a concepção das línguas como apresentando um mecanismo regular, que pode perfeitamente ser dominado pelos falantes e, conseqüentemente, ser delimitado pelo estudioso da linguagem e descrito a partir de regras bastante previsíveis. (MARTELOTTA, 2011, p. 12)

Ou seja, como afirma Ferdinand de Saussure (1975, p. 16), “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”, sendo assim, existe ainda uma enorme tensão sobre a estabilidade da língua e sua instabilidade constitutiva. Isso porque as línguas apresentam uma normatividade, mas também se caracterizam pela variação/mudança, precisamente por apresentarem, ao mesmo tempo, um aspecto social e um aspecto individual.

Vê-se, assim, que a questão da variabilidade das línguas está relacionada ao contexto de uso pelas comunidades linguísticas, ou seja, à necessidade concreta dos falantes. E, além disso, “a questão da língua no Brasil não é apenas linguística, mas antes de tudo, política” (FARACO, 2008, p. 28), e ainda, de poder, sabendo-se que “a atitude hipócrita do poder quando se abriga por trás da ‘vontade de todos’, vontade que ele suscita, planifica e interpreta, é um dado permanente da política”. (BAGNO, 2011, p. 118)

Ademais, como explicam Chaves e Pinto (2016), o debate sobre norma e uso está envolto em uma polêmica social, amplamente disseminada nas mídias de informação e opinião, por razões ideológicas, em particular, a relação entre a norma linguística instituída no interior de um

¹³⁵ Disponível em: <http://www.spelltraducoes.com.br/blog/presidente-ou-presidenta/2014/10/> Acesso em: 08-09-2016.

sistema de crenças e valores e o ensino dessa mesma língua, como explicado na citação a seguir:

Ocorre que os fenômenos linguísticos, que requerem uma descrição e uma interpretação cientificamente fundamentadas, tornaram-se alvo de um debate, amplamente disseminado nas mídias de informação, e de interesse geral da chamada opinião pública, sobre a necessidade de se instituir a norma linguística, em particular a norma “cultura”, como objetivo maior do ensino e aprendizagem da língua em contexto escolar formal, com base em uma tradição antiga de ensinar os textos de prestígio para se atingir o “bom uso da língua”. (CHAVES & PINTO, 2016, p. 168)

De acordo com Tânia Maria Alkmin (2004), na longa passagem a seguir, a língua é um importante componente do sistema cultural de um país:

Em que se baseiam as avaliações sociais? Se baseiam em critérios não linguísticos, são julgamentos de natureza política e social, porém julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social. A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo. A intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc. A rejeição a certas variedades linguísticas, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem. A homogeneidade linguística é um mito, que pode ter consequências graves na vida social. Pensar que a diferença linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática de exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos outros grupos detentores do poder (ou a eles ligados) aos outros grupos – e a língua é um dos componentes do sistema cultural. (ALKMIN, 2004, p. 42)

Nesse sentido, como bem explica Carlos Alberto Faraco (2008, p. 35), a respeito da norma linguística (norma padrão), “norma é aquilo que é normal em uma comunidade de fala” e, sem norma, não há como organizar uma língua. Ocorre que, do ponto de vista do uso da língua/linguagem, a norma-padrão, frequentemente, está associada à organização de uma dada sociedade, sendo considerado “erro” tudo o que foge a essa “regra”. Porém, a fala é uma atualização da língua em diferentes contextos de interação verbal, este uso é baseado no sistema e, ao mesmo tempo, escapa ao sistema, por este motivo ouvimos expressões como “mutabilidade das línguas”.

Diante desses apontamentos, observa-se que a variação não corresponde a um uso arbitrário e irregular do falante, na medida em que ele não é totalmente livre diante da língua. Na teoria do discurso, sobre a

qual falaremos a seguir, os usos da língua, ou ainda, como a escolha das palavras, por exemplo, são um reflexo de dinâmicas sociais e posturas ideológicas.

4. O ponto de vista da análise do discurso

Pela perspectiva teórica da análise do discurso francesa, “a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem)” (ORLANDI, 2009, p. 19). Por outro lado, as consequências do ato fala podem causar a estigmatização pelo grupo social do qual o falante faz parte. Como explica Ronald Beline (2003), do ponto de vista dos estudos variacionistas, “tendemos a falar como aquelas pessoas com quem mais falamos”. (BELINE, 2003, p. 129)

Por esse motivo, faz-se necessário distinguir o sistema da língua de sua manifestação ou atualização no discurso, ou seja, em uma situação real de fala/uso. O sistema linguístico é social, pois é comum a todos os falantes de uma determinada comunidade, compreendendo o conjunto dos elementos lexicais e gramaticais de uma língua, assim como a organização interna e as regras combinatórias desses elementos. Em outras palavras, “é a rede de relações que se estabelece entre um conjunto de elementos linguísticos”. (FIORIN, 1998, p. 11)

Já a fala caracteriza-se pela realização concreta do sistema que todos os falantes de uma dada língua compartilham, sendo necessário distingui-la do discurso. Na próxima citação, José Luiz Fiorin explica essa distinção:

O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psicofísicofisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso. (FIORIN, 1998, p. 11)

Na abordagem discursiva da língua, em particular na análise do discurso francesa, o debate sobre o emprego dos vocábulos em estudo – presidente/presidenta – envolve questões que extrapolam a semântica lexical, isto é, as relações de significado entre as palavras, em particular a sinonímia. Para a análise do discurso francesa, são pertinentes questões como: quem emprega “Presidenta” coloca-se a favor do governo de Dilma Rousseff? E quem se refere a Dilma Rousseff como “Presidente” é

contra a lei, ou contra a ideologia partidária de Dilma Rousseff? Segundo Orlandi, a análise do discurso francesa:

... levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. (ORLANDI, 2009, p. 16)

Nessa perspectiva, a análise do discurso estabelece que o que torna possível a relação palavra/coisa é a ideologia, a qual é responsável por (re)produzir sentidos que significam pela história e pela língua no discurso, pois é na língua que a ideologia se concretiza, isto é, ganha forma material. É nesse sentido que todo discurso é, ideológico. E, segundo Michel Foucault (1996), é no discurso que a política desempenha seus mais temíveis poderes: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Assim sendo, tanto o “erro” como a “verdade” podem não ser aceitos em determinadas condições de produção (sociais e históricas), por não estarem dentro das regras sócio-históricas já concebidas, que determinam o que se pode, ou não, dizer, isto é, a formação discursiva.

Este conceito é de suma importância na análise do discurso. A cada formação ideológica, isto é, o “conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (FIORIN, 1998, p. 32), corresponde um conjunto de signos empregados por esta classe ou setor organizado da sociedade, como a imprensa, a escola, a religião, a política, entre outros. José Luiz Fiorin (1998) afirma que “é com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos” (FIORIN, 1998, p. 32). Por esse motivo, ao fazerem uso da língua, os falantes reproduzem sentidos já estabelecidos, daí a afirmação de que “o discurso é mais o lugar da reprodução do que da criação” (FIORIN, 1998, p. 32).

Alia-se, desse modo, à questão da escolha/uso do termo “Presidenta” a ideologia político-partidária do PT (Partido dos Trabalhadores). O PT foi criado em um período político de repressão ao Regime Militar, instaurado no Brasil de 1964 a 1985. Foram 21 anos da chamada ditadura ou golpe militar, que causou episódios de censura à liberdade de expressão, além de prisões, mortes e casos de tortura, sofridos e relatados, inclusive, por Dilma Rousseff.

A ideologia política do PT está fundamentada no socialismo, com forte base teórica marxista. Constituem bandeiras do partido o Movimento dos Trabalhadores Sociais sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e inúmeras outras causas de setores minoritários da sociedade brasileira, como o público de gays, lésbicas, bissexuais e travestis (LGBT), as feministas, os indígenas, entre outros.

Essa contextualização é importante para se compreender que a formação discursiva “Presidenta” está relacionada à formação ideológica dos partidos de esquerda. O feminismo, em particular, é uma das bandeiras do partido que se refere à conquista das mulheres por condições igualitárias com relação aos homens. Antes impedidas de votar, nos dias de hoje, as mulheres não somente votam, como se destacam na política e ocupam cargos públicos antes presididos apenas por homens. Na próxima citação, extraída do site do PT, compreende-se bem as causas do partido:

O Partido dos Trabalhadores é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõe a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático. (Estatuto do PT, Artigo 1º.)¹³⁶

A inovação do PT, no cenário político brasileiro dos últimos 30 anos também se dá pelo fato de ser o primeiro partido a adotar o equilíbrio entre mulheres e homens na direção partidária, instituindo as cotas, desafiando preconceitos, incorporando a luta por igualdade racial e contra o racismo, assim como as pautas da luta LGBT por liberdade de orientação sexual e o combate à homofobia.

A seguir, abordamos justamente a questão do gênero em sua relação com o uso da língua por sujeitos social e historicamente situados.

5. A questão de gênero

Muitas hipóteses foram levantadas sobre os reais motivos que levaram linguistas, lexicógrafos, jornalistas e políticos a se posicionarem contra ou a favor do termo “Presidenta”. A ala feminista estabelece a questão de gênero como um dos principais motivos para essa polêmica,

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.pt.org.br/estrutura-partidaria>>.

evocando que o alarde teria se dado em razão de Dilma Rousseff ser mulher. Mas, por outro lado, é de se pensar que, se outra candidata mulher, como Marina Silva, tivesse ganhado as eleições no ano de 2014, talvez não existisse por parte da população uma recusa em utilizar tal termo. Seria Dilma Rousseff menos popular e querida pela população? Se Dilma Rousseff fosse uma personalidade muito respeitada e amada pela população como é, por exemplo, a Rainha Elisabeth na Inglaterra, que completou 90 anos em 2016, sendo saudada pela opinião pública, o vocábulo “presidenta” seria mais bem visto, ou mais rapidamente aceito?

A esse respeito, Robin Lakoff afirma que “certos itens lexicais têm um significado quando aplicados aos homens e outro às mulheres, constituindo uma diferença que não pode ser prevista, exceto com referência aos diferentes papéis que os sexos desempenham na sociedade” (LAKOFF, 2010, p. 14). E, entre estas diferenças, percebemos certa discriminação quanto ao acesso ao poder geralmente negado às mulheres, sob o pretexto de que elas não são capazes de sustentá-lo, como por exemplo, é fato que as mulheres estão cada vez mais buscando os “empregos dos homens”, mas os homens não buscam ter “empregos das mulheres” em casa. A esse respeito:

A discrepância nas posições que homens e mulheres ocupam na sociedade reflete-se nas disparidades linguísticas. [...] Mudanças sociais geram mudanças linguísticas e não o contrário. [...] Mudanças linguísticas podem influenciar, embora lenta e indiretamente, mudanças de atitude. (LAKOFF, 2010, p. 29)

De acordo com essa citação, as posições que as mulheres ocupam atualmente na sociedade impõem-lhes o vocabulário mais apropriado a ser utilizado, entre outros aspectos linguísticos, como o tom de fala e a ausência de “palavrões”. Fugir a essa regra do “politicamente correto”, transformando a desigualdade em igualdade na sociedade, gerará uma transformação na língua/linguagem, que poderá causar, ainda, uma mudança na maneira de pensar das outras pessoas, implicando uma mudança de atitude ou até mesmo de comportamento linguístico.

Por essa ótica, a recusa do tratamento “Presidenta” teria implicações com o que Marcos Bagno (2007) chama de “preconceito linguístico”, o que pode ser melhor compreendido por esta citação:

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica. Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum

A noção de “preconceito linguístico” parece se justificar ainda mais nos dias atuais, caracterizados pelo combate às práticas discriminatórias, sobretudo em situações minoritárias, que, conforme dissemos, envolve mulheres, homossexuais, negros, indígenas, entre outros públicos em situação de vulnerabilidade.

6. *Análise do corpus*

Começaremos as análises partindo do decreto emitido por Dilma Rousseff em 2012, citado anteriormente neste trabalho. A flexão de gênero que passou a ser lei naquele ano fez com que muitas universitárias de direito pedissem a reemissão de seus diplomas, dessa vez com o título “bacharela” em direito, ao invés de “bacharel”, que, do ponto de vista normativo, é empregado para se referir tanto a pessoas do sexo feminino como às do sexo masculino.

Para muitas mulheres, simpatizantes ou não do governo Dilma Rousseff, essa solicitação foi considerada uma conquista para a classe feminina, não apenas para as mulheres que se declaram feministas. O pedido das universitárias foi, inclusive, incentivado pela OBB – Ordem dos Bacharéis do Brasil – em sua página do *Facebook* em 2013¹³⁷. A postagem apresentava o modelo de requerimento necessário para solicitar a reemissão dos diplomas concedidos.

No decreto, Dilma Rousseff assina “Presidenta da República”, tratamento que já vinha sendo cogitado desde a campanha presidencial, haja vista que ela já havia informado que, caso ganhasse as eleições em 2010, gostaria de ser chamada de “Presidenta”. Contudo, seu pedido não foi aceito por ampla maioria da população brasileira, contrariamente a “bacharela”, visto como uma mudança linguística justificada em defesa das mulheres.

Portanto, da perspectiva da análise do discurso, percebemos que, pelo fato de bacharela ser amplamente aceito e comemorado, ao passo que “presidenta” é visto como imposição de um governo, o debate sobre

137

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/OrdemDosBachareisDoBrasilObb/posts/629129883784210> Acesso em 15 de setembro de 2016.

o emprego de “Presidenta” se justifica por razões puramente ideológicas, visto que atrelado a fatores como preferências políticas, sexo do falante, entre outras implicações. O que tornaria essa discussão um tanto quanto confusa é o fato de que o atual Presidente do Brasil, Michel Temer (PMDB), então vice-presidente de Dilma Rousseff por dois mandatos, não aceitou o termo, pelo menos nunca o utilizou publicamente. Em março de 2016, o PMDB rompeu oficialmente com o PT, com o consentimento de Michel Temer, acusado por Dilma Rousseff de conspirar a favor de um “golpe” contra seu governo. Transcrevemos, a seguir, na íntegra, a carta enviada por Michel Temer em 2015.

São Paulo, 07 de Dezembro de 2015.

Senhora Presidente, (grifo nosso)

"Verba volant, scripta manent" (As palavras voam, os escritos permanecem)

Por isso lhe escrevo. Muito a propósito do intenso noticiário destes últimos dias e de tudo que me chega aos ouvidos das conversas no Palácio. Esta é uma carta pessoal. É um desabafo que já deveria ter feito há muito tempo. Desde logo lhe digo que não é preciso alardear publicamente a necessidade da minha lealdade. Tenho-a revelado ao longo destes cinco anos. Lealdade institucional pautada pelo art. 79 da Constituição Federal. Sei quais são as funções do Vice. À minha natural discrição conectei aquela derivada daquele dispositivo constitucional. Entretanto, sempre tive ciência da absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB. Desconfiança incompatível com o que fizemos para manter o apoio pessoal e partidário ao seu governo. Basta ressaltar que na última convenção apenas 59,9% votaram pela aliança. E só o fizeram, ousou registrar, por que era eu o candidato à reeleição à Vice. Tenho mantido a unidade do PMDB apoiando seu governo usando o prestígio político que tenho advindo da credibilidade e do respeito que granjeei no partido. Isso tudo não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo. Vamos aos fatos. Exemplifico alguns deles.

1. Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas.

2. Jamais eu ou o PMDB fomos chamados para discutir formulações econômicas ou políticas do país; éramos meros acessórios, secundários, subsidiários.

3. A senhora, no segundo mandato, à última hora, não renovou o Ministério da Aviação Civil onde o Moreira Franco fez belíssimo trabalho elogiado durante a Copa do Mundo. Sabia que ele era uma indicação minha. Quis, portanto, desvalorizar-me. Cheguei a registrar este fato no dia seguinte, ao telefone.

4. No episódio Eliseu Padilha, mais recente, ele deixou o Ministério em razão de muitas "desfeitas", culminando com o que o governo fez a ele, Ministro, retirando sem nenhum aviso prévio, nome com perfil técnico que ele, Ministro da área, indicara para a ANAC. Alardeou-se a) que fora retaliação a mim; b) que ele saiu porque fez parte de uma suposta "conspiração".

5. Quando a senhora fez um apelo para que eu assumisse a coordenação política, no momento em que o governo estava muito desprestigiado, atendi e fizemos, eu e o Padilha, aprovar o ajuste fiscal. Tema difícil porque dizia respeito aos trabalhadores e aos empresários. Não titubeamos. Estava em jogo o país. Quando se aprovou o ajuste, nada mais do que fazíamos tinha sequência no governo. Os acordos assumidos no Parlamento não foram cumpridos. Realizamos mais de 60 reuniões de líderes e bancadas ao longo do tempo solicitando apoio com a nossa credibilidade. Fomos obrigados a deixar aquela coordenação.

6. De qualquer forma, sou Presidente do PMDB e a senhora resolveu ignorar-me chamando o líder Picciani e seu pai para fazer um acordo sem nenhuma comunicação ao seu Vice e Presidente do Partido. Os dois ministros, sabe a senhora, foram nomeados por ele. E a senhora não teve a menor preocupação em eliminar do governo o Deputado Edinho Araújo, deputado de São Paulo e a mim ligado.

7. Democrata que sou, converso, sim, senhora Presidente, com a oposição. Sempre o fiz, pelos 24 anos que passei no Parlamento. Aliás, a primeira medida provisória do ajuste foi aprovada graças aos 8 (oito) votos do DEM, 6 (seis) do PSB e 3 do PV, recordando que foi aprovado por apenas 22 votos. Sou criticado por isso, numa visão equivocada do nosso sistema. E não foi sem razão que em duas oportunidades ressaltai que deveríamos reunificar o país. O Palácio resolveu difundir e criticar.

8. Recordo, ainda, que a senhora, na posse, manteve reunião de duas horas com o Vice Presidente Joe Biden – com quem construí boa amizade – sem convidar-me o que gerou em seus assessores a pergunta: o que é que houve que numa reunião com o Vice Presidente dos Estados Unidos, o do Brasil não se faz presente? Antes, no episódio da "espionagem" americana, quando as conversas começaram a ser retomadas, a senhora mandava o Ministro da Justiça, para conversar com o Vice Presidente dos Estados Unidos. Tudo isso tem significado absoluta falta de confiança;

9. Mais recentemente, conversa nossa (das duas maiores autoridades do país) foi divulgada e de maneira inverídica sem nenhuma conexão com o teor da conversa.

10. Até o programa "Uma Ponte para o Futuro", aplaudido pela sociedade, cujas propostas poderiam ser utilizadas para recuperar a economia e resgatar a confiança foi tido como manobra desleal.

11. PMDB tem ciência de que o governo busca promover a sua divisão, o que já tentou no passado, sem sucesso. A senhora sabe que, como Presidente do PMDB, devo manter cauteloso silêncio com o objetivo de procurar o que sempre fiz: a unidade partidária.

Passados estes momentos críticos, tenho certeza de que o País terá tranquilidade para crescer e consolidar as conquistas sociais. Finalmente, sei que a senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã. Lamento, mas esta é a minha convicção. Respeitosamente, M TEMER

A Sua Excelência a Senhora Doutora DILMA ROUSSEFF

DO. Presidente da República do Brasil Palácio do Planalto¹³⁸

¹³⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 06-09-2016.

Esta carta obteve alta repercussão. Nos suportes digitais, surgiram vários memes, isto é, imagens ou vídeos amplamente compartilhados pelos usuários de redes sociais e aplicativos de mensagens. Segundos após a divulgação, o assunto ganhou o *trending topics* no *Twitter*, com a hashtag #CartaDoTemer. Opiniões sérias apareceram intrincadas a piadas e caricaturas sobre a crise política. O desabafo de Temer dividiu opiniões, ainda, entre governistas e parlamentares, pois a cúpula do PMDB negava a possibilidade de ruptura em dezembro de 2015, e os governistas entenderam a carta como uma declaração a favor do *impeachment*. O governo não se manifestou oficialmente na época, todavia, a repercussão da carta culminou no rompimento entre os dois maiores partidos do Brasil, PMDB e PT.

É possível extrair da carta em questão várias interpretações, entretanto, nosso propósito é analisar o que levou Michel Temer a referir-se a Dilma Rousseff como “Senhora Presidente”, na fórmula de endereçamento da carta, e “A Sua Excelência a Senhora Doutora Dilma Rousseff”, na fórmula de encerramento. Partiremos do pronome Senhora: é um pronome de tratamento cerimonioso, empregado quando existe distanciamento entre os locutores, inclusive em situação familiar, a exemplo de filhos que, ao serem chamados por seus pais, respondem por “Senhor”, “Senhora”.

Assim, seja em contexto formal ou familiar, “Senhora” é empregado como forma de respeito, estando relacionado à hierarquia por grau de relação (profissão, por exemplo) ou por idade (contexto familiar), também podendo ser utilizado para referir-se a mulheres casadas, sendo as solteiras chamadas de “Senhorita”. Já o pronome de tratamento “Sua Excelência” é empregado para referir-se a autoridades, como Presidentes da República, ministros, senadores, deputados, embaixadores, e oficiais-generais, entre outros. Ou seja, seu emprego, na carta, está perfeitamente adequado para referir-se à autoridade que preside um país.

Contudo, na fórmula de encerramento, aparece “Doutora”, que, de um ponto de vista normativo, só deve ser empregado por aqueles que possuem o grau superior de doutorado, o que não é o caso de Dilma Rousseff, segundo sua própria biografia atualizada exposta no site do Palácio do Planalto: “Em 1998, inicia o curso de doutorado em Economia na

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese¹³⁹.

Deve-se observar que, no Brasil, o emprego do tratamento “Doutor(a)” é objeto de polêmica, visto que utilizado não somente por pessoas que cursaram e concluíram o grau de doutorado, mas também por médicos de todas as especialidades e advogados que alegam que o termo foi legitimado por Dom Pedro I. “Doutor” é, pois, um título acadêmico muito confundido como pronome de tratamento que remete ao enaltecimento das classes privilegiadas da população¹⁴⁰.

Assim que assumiu o mandato, mesmo que de forma interina, Michel Temer foi alvo de comentários sobre seu domínio da norma padrão e culta da língua portuguesa, ao contrário de sua antecessora, que era motivo de piada na internet e nas redes sociais, por expressar-se em desacordo com a norma padrão, em discursos ordinários e oficiais. A oratória de ambos, acrescida da fala de ex-presidentes do Brasil, foi citada na matéria do jornalista da UOL, Reinaldo Polito:

Dilma Rousseff: é péssima oradora. Troca os nomes das pessoas, inventa teses impossíveis, perde o raciocínio, trunca as ideias, chega a ser desconexa. Enfim, não sabe como se expressar em público. Sempre apresentou uma boa qualidade como oradora - sabe ler bem os discursos. Só que, em vez de se valer dessa técnica de apresentação, preferia falar de improviso. Aí era uma tragédia.

Michel Temer: chegou como um bálsamo com sua oratória. Formal, quase protocolar, cirúrgico nas ideias que defende. Não agride a gramática. Não perde a linha de raciocínio. Não se compromete com afirmações contraditórias. Ao contrário de Dilma, pensa antes de falar. É provavelmente um dos presidentes de comunicação mais elaborada que tivemos no país. Ainda na Vice-Presidência, Michel Temer dava exemplos de possuir comunicação excepcional. [...] Nos discursos que tem proferido e nas entrevistas que tem concedido depois que assumiu interinamente a Presidência, demonstrou comunicação exemplar. Já ouvi inúmeras pessoas comparando sua habilidade oratória com a da dificuldade apresentada por sua antecessora no cargo. Pelo menos nesse

¹³⁹ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia> Acesso em 05 de outubro de 2015.

¹⁴⁰ A esse respeito, indicamos a leitura de um artigo publicado por Eliane Brum, na revista *Época*, em 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>>. Acesso em: 19-09-2016.

questo, nós brasileiros estamos muito bem representados. Tomara que suas ações estejam à altura da sua capacidade de se expressar em público.¹⁴¹

A partir da análise desses acontecimentos amplamente difundidos nas mídias, fica evidente o prestígio na posição adotada por Temer ao referir-se a Dilma Rousseff como Presidente, e não “Presidenta”. O primeiro fato observado é que ele tem muito poder em suas palavras dentro e fora de seu partido, porque, além de ser considerado um experiente articulador, é homem letrado e conhecedor das leis, formado em Direito e professor universitário. Sendo assim, para seus seguidores, o que Temer instituir será lei, sendo assim, muitos optaram por usar a forma de tratamento “Presidente” por razões políticas e ideológicas, uma vez que, em sua carta dirigida a Dilma Rousseff, Temer deixa claro que, mesmo estando ambos na presidência da República, atuavam em lados opostos durante todo o tempo.

Outro fato noticiado nas mídias do Brasil foi a imposição de Temer para que o termo “Presidenta” fosse proibido na EBC - Empresa Brasil de Comunicação. O fato foi interpretado por muitos como uma perseguição ideológica contra a emancipação das mulheres, uma postura tida como “conservadora”. A citação a seguir traz um trecho da reportagem:

Expressão presidenta, empregada quando Dilma assumiu poder com proposta de afirmação feminina, está proibida na empresa pública; políticas emancipadoras não condizem com orientação política e ideológica do governo interino, diz Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. (WROLLI, 2016)

Este depoimento mostra que os motivos que levam à escolha dos termos, na imprensa jornalística, não são somente linguísticos ou meramente respaldados pela gramática. Segundo um Jornalista da EBC a decisão de chamar Dilma Rousseff de “Presidenta” foi respaldado pelo manual de redação deles, que determina que se deve respeitar a maneira como a pessoa pede para ser chamada, até que esta regra foi abruptamente modificada, apenas com base ideológica. A misoginia, ou seja, ódio ou aversão a mulheres pode ser uma das justificativas para fatos como este.

Soma-se a isso, lembremos, que o termo “Presidenta” não foi inventado por Dilma Rousseff; ele já existia havia muito tempo, e foi rece-

¹⁴¹ Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/17/diferencas-na-comunicacao-de-lula-dilma-e-temer.htm>>. Acesso em: 19-09-2016.

bido de forma similar em países como o Chile, com Bachelet, e na Argentina, com Kirchner, retratando que a luta das mulheres pela igualdade de gênero está apenas começando.

Na opinião de Dilma Rousseff, publicada em uma entrevista ao site do UOL logo após a manifestação da imprensa sobre o assunto, em junho de 2016 ela alegou: “Acredito que a terminação 'a' tem grande importância para a primeira mulher “presidenta” da República. É lamentável que um governo sem voto e provisório tente apagar 54 milhões e meio de votos, retirando uma letra tão bonita, a primeira, do alfabeto. É sem noção!”. Ou seja, ela defende que a imposição do termo não pode acarretar em seu desuso, e que esta foi uma das formas de desacreditar seu governo.

Outro fato relevante para esta discussão foi a frase pronunciada pelas senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN). Segundo elas, a “presidenta é inocenta”¹⁴². Ambas são aliadas de Dilma Rousseff no Senado, e usaram a polêmica frase na defesa de Dilma Rousseff durante o processo de *impeachment*, causando muitos risos no Senado e piadas na Internet. A imagem a seguir foi uma das que circularam nas redes sociais:



Como já mencionado anteriormente, a aceitação do vocábulo “presidenta” permitiria, na língua portuguesa, a criação de termos semelhantes a ele, com a terminação em -ent, considerados comuns de dois gêneros, por não indicarem o gênero em si, sendo então acompanhados do artigo para esta especificação. Desse modo, a forma normativa seria “inocente”, e o uso de “inocenta”, na imagem analisada, revela a tentati-

¹⁴² Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/26/interna_politica,797889/querem-condenar-uma-presidenta-inocenta-diz-senadora-fatima-bezerra.shtml

<https://www.youtube.com/watch?v=zSjbg-4lrW4> Acesso em 06 de setembro de 2016.

va de uma concordância entre os termos, agora ambos no plural. Contudo, a flexão de gênero “réa”, criada por internautas, constitui um desvio da norma padrão, pois já existe e foi oficializada há muitos anos o termo “ré” para mulheres e “réu” para homens. Assim, o termo “réa” foi inventando apenas para ironizar a questão levantada sobre a variação linguística.

Outra fala interessante foi proferida pela Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, ao ser questionada sobre como preferia ser chamada ao assumir a presidência da corte em 12 de setembro de 2016, respondeu que preferia “Presidente”. No entanto, sua escolha foi contestada publicamente. Cipro Neto, que argumentou sobre a legitimidade do termo. Nas palavras de Carmem, ela alegava ser amante da língua portuguesa e, por este motivo, optaria pelo termo “a presidente” ao invés de “presidenta”, o que mostra não apenas desconhecimento do fato de que o termo “presidenta” existe e é tão normativo quanto o outro, como certa intolerância a Dilma Rousseff. Como forma de expressar seu desacordo com o governo, muitas pessoas optam por não usar o termo “Presidenta”, embora ele seja normativo.

7. Considerações finais

Neste trabalho, abordamos o impacto da variação linguística para a compreensão de fenômenos sociais, a partir de um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2012; RASSI, 2012): o decreto de lei, instituído por Dilma Rousseff, que tornou obrigatório o emprego do vocábulo “Presidenta” para fazer referência ao cargo então ocupado por ela na Presidência da República do Brasil. Salientamos que esse termo colocou em lados opostos diferentes setores da sociedade, incluindo-se aí estudiosos e pesquisadores da língua/linguagem, dando origem a uma polêmica sem precedentes.

Com base em todas essas reflexões, observamos que, do ponto de vista linguístico, o polêmico pronome de tratamento “Presidenta” é visto como neologismo, mesmo sendo lexicalmente legítimo. Do ponto de vista da sociolinguística, a variação entre os dois termos – presidente ou presidenta – é verificada a partir de aspectos como o sexo do falante e o lugar social do discurso, onde a escolha de um dos termos extrapola o embate entre norma e uso. Já para a análise do discurso, é a ideologia por trás do termo que define quem o fala e por que fala. Esses diferentes aportes teóricos nos permitiram concluir que ambas as formas – Presi-

dente/Presidenta – são normativas e passíveis de serem usadas, e sua “escolha” denota que a variação é uma realidade do funcionamento das línguas em contexto, além de revelarem o posicionamento ideológico dos sujeitos que as empregam, segundo as condições de produção do discurso (ORLANDI, 2009), que são comunicativas, mas, antes disso, históricas.

A mesma postura é defendida pela Academia Brasileira de Letras (ABL), em um artigo publicado por José Sarney, em 2010, conforme a passagem a seguir:

O "Houaiss" fala em "mulher que preside (algo)" ou "mulher que se elege para a presidência de um país" para definir presidenta e, para presidente, em "título oficial do chefe do governo no regime presidencialista" - substantivo de dois gêneros. A forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas presidenta tem mais um peso político que linguístico¹⁴³.

À época, José Sarney era considerado um aliado de Dilma Rousseff, tendo feito parte de seu governo no primeiro mandato. Além de ex-presidente da República e atual senador pelo Estado do Amapá, Sarney é um escritor e jornalista, publicou romances, poesias e crônicas e assumiu uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Mesmo tendo seu nome envolvido nos escândalos divulgados pela Operação Lava Jato, suas palavras expressam e concluem o pensamento da presente pesquisa na concepção de que a forma “A Presidente” não foi criada com intuito de discriminar nenhuma mulher, porque presidente é considerada uma palavra comum de dois gêneros, o que para muitas mulheres pode soar como “sexismo”, ou seja, uma atitude de discriminação fundamentada pelo sexo, o que é compreendido devido aos estigmas presentes na sociedade, dentre os quais, a subalternação da mulher, principalmente na política e em cargos de prestígios almejados pelo poder.

Da mesma forma, “Presidenta” não carrega em si um peso linguístico erroneamente atribuído por boa parte da população, e sim político-ideológico, já que Dilma Rousseff solicitou ser chamada como tal, e ainda publicou um decreto oficializando a mudança na nomeação de títulos para mulheres. Por esse e outros motivos, concluímos que quem “escolhe” a forma “A Presidente” o faz tanto por desconhecer as normas e achar que está correto apenas este termo, como forma de repúdio ao go-

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 06-09-2016.

verno Dilma Rousseff, ou até mesmo desprezo ao partido do qual ela pertence. Já quem opta por “A Presidenta” o faz para defender Dilma Rousseff, também defender todas as mulheres, assim como defender o que foi referendado pelos dicionários há muitos anos atrás. Conclui-se, desse modo, que a escolha nem sempre ocorre de forma consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. vol. 1, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-47.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. (Org.). *Linguística da norma*. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 301-315.

_____. (Org.). *Norma linguística*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística: objetos teóricos*, vol. 1. São Paulo: Contexto, 2003, p. 121-140.

BIOGRAFIA da Presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 05-10-2015

BIOGRAFIA do PT – Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 14-09-2016.

BIZZOCHI, Aldo Luiz. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Annablume, 1997.

CHAVES, Aline Saddi; PINTO, Maria Leda. Norma linguística, gêneros do discurso e ensino de língua. In: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; TENO, Neide Araujo Castilho; ARAUJO, Susylene Dias de. *Manifestações: ensaios críticos de língua e literatura*. Curitiba: Appris, 2016, p. 167-182.

DICIONÁRIO Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/presidenta>>. Acesso em: 31-03-2016.

DICIONÁRIO Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/Presidenta>>. Acesso em: 05 de outubro 2015.

DICIONÁRIO e gramática.com. Disponível em:
<<https://dicionarioegramatica.com.br/2016/05/02/presidenta-e-mais-antigo-e-tradicional-em-portugues-do-que-a-presidente>>. Acesso em: 02-05-2016.

DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?Lingua=portugues-portugues&palavra=presidenta>> Acesso em: 31 de março de 2016.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. *A presidente ou a presidenta?* Qual das formas devemos utilizar? Disponível em:
<<http://www.portugues.com.br/gramatica/a-presidente-ou-presidenta-qual-das-formas-devemos-utilizar.html>>. Acesso em: 10-05-2016.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira*: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística*, vol. 1. São Paulo. Contexto, 2003.

_____. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola. 1996.

JUNIOR, L. C. P. Presidente ou Presidenta. *Blog Spell Traduções*. 2014. Disponível em: <<http://www.spelltraducoes.com.br/blog/presidente-ou-presidenta/2014/10>>. Acesso em: 08-09-2016.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. (Orgs.). *Linguagem, gênero, sexualidade*: clássicos traduzidos. São Paulo. Parábola, 2010, p. 13-30.

LEI nº 12.605, de 3 de abril de 2012. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm>. Acesso em: 14-12-2015.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística*: uma abordagem baseada no uso, vol. 1. São Paulo: Cortez, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedi-

mentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2012.

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. *Revista de História da UEG*. vol. 1, n. 1. Goiânia, jan/jun 2012, p. 43-63. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/issue/view/54/showToc>>. Acesso em: 13-08-2015.

RICINO, Leo. Nossa língua não é machista: Uma visão do básico sobre gênero na língua portuguesa. *Revista Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/23/machismo-uma-visao-do-basico-sobre-genero-na-lingua-178963-1.asp>>. Acesso em: 22-08-2016.

SARNEY, José. Presidenta ou Presidente. *Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 06-09-2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SOUZA, Isabella. Carta de Temer a Dilma permite muitas leituras. *Jornal Estado de Minas*. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/09/interna_politica,715387/carta-de-temer-a-dilma-permite-muitas-leituras.shtml> Acesso em: 06-09-2016.

WROLLI, Rodolfo. Temer: perseguição ideológica na EBC e proibição do termo presidenta. *Jornal GGN*. Jun/2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/temer-perseguciao-ideologica-na-ebc-e-proibicao-do-termo-presidenta>>. Acesso em 06 de setembro 2016.